



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0849373-74.2017.8.20.5001

AUTOR: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RÉU: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## SENTENÇA

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pela **DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL**, em face do **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, aduzindo, em síntese, que o Secretário Estadual de Justiça e Cidadania editou a Portaria nº 656/2017- GS/SEJUC, suspendendo o direito à visita social/íntima dos apenados, no âmbito de todas as unidades prisionais estaduais. Aponta que o ato é ilegal e viola a dignidade humana, além de outros direitos fundamentais constitucionais dos custodiados, a Lei de Execuções Penais, a Convenção Americana de Direitos Humanos, bem como o Regimento Interno das Unidades Prisionais. Adita que, para efeitos da referida visita, a Direção das Unidades Prisionais Estaduais tem exigido a comprovação da união estável, via "*sentença judicial declaratória de união estável ou mesmo escritura pública declaratória de união estável*". Assim, pediu a concessão de tutela de urgência, visando: a) a suspensão da validade da sobredita portaria; e b) compelir os Diretores das Unidades Prisionais Estaduais a se absterem de proceder com a exigência já relatada. Ao final, pugnou pela anulação da Portaria nº 656/2017 – GS/EJUC, bem assim que fosse determinada aos Diretores das Unidades Prisionais Estaduais a abstenção da exigência documental aludida, visando o cadastro de companheiros/companheiras, para fins de visita íntima. Demais disso, pediu a condenação do réu em honorários advocatícios sucumbenciais. Juntou os documentos de fls. 31-73 (sempre considerada a conversão dos autos em PDF).

O Estado requerido manifestou-se acerca do pedido antecipatório (fls. 81-88).

Este juízo deferiu, em parte, a tutela de urgência pleiteada – especificamente, na parte que respeitava ao pedido para compelir a abstenção das exigências documentais antes aludidas.

Devidamente citada, **a parte demandada** ofertou contestação, às fls. 101-105, arguindo, em sede de preliminar, a ausência de interesse processual da autora, pela perda superveniente do objeto. No mérito, alega que a Portaria impugnada fora editada com base no art. 41, da LEP, aditando que àquela traduz ato administrativo discricionário, descabendo a suspensão pleiteada. Realça que a medida veiculada pela norma prefalada tinha caráter excepcional, dados os indícios que indicavam a utilização das visitas íntimas como meio das organizações criminosas propagarem suas ordens delituosas; a dita medida, pois, serviu para coibir tais condutas, possibilitando, ainda, a descoberta e retirada de diversos objetos ilegalmente obtidos pelos custodiados. No que toca à exigência documental, para fins de comprovação da união estável dos apenados, sustentou que era descabida sua limitação, porquanto seu exercício vinculava-se ao poder discricionário e de polícia. Ao cabo, pleiteou pela improcedência do pedido inicial.

A parte autora apresentou réplica à contestação (fls. 111-120).

O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (fls. 123-127).

**Eis o relatório. Decido.**

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, passo a apreciar a preliminar soerguida pela **parte demandada**, consistente na ausência das condições da ação.

O Estado requerido alega a falta de interesse processual da parte demandante, por superveniente perda do objeto, **no que se refere à anulação da Portaria nº 656/2017 – GS/SEJUC**, uma vez que este ato administrativo deixou de surtir efeitos. Tal arguição merece guarida.

Segundo se observa às fls. 31, o ato impugnado possuía a vigência limitada ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 11/10/2017, como prescrevia seu art. 1º. Por óbvio, no presente momento, o termo final dos efeitos da mencionada norma já fora ultrapassado, de modo que o provimento jurisdicional almejado pela parte autora tornou-se inútil e desnecessário, fulminando, assim, seu interesse processual.

Logo, **acolho** a preliminar em exame, pelo que reconhecendo a ausência do interesse processual da parte autora, quanto ao pedido anulatório, com fulcro no art. 485, VI, do CPC, o processo deve ser extinto sem julgamento de mérito.

Superados o ponto acima, adentro o exame meritório.

Impende registrar, antes, que o feito encontra-se suficientemente instruído, razão pela qual **procedo ao seu julgamento antecipado** (art. 355, I, do CPC).

Pretende a **parte autora** obter provimento jurisdicional que determine aos Diretores das Unidades Prisionais Estaduais a abstenção da exigência, para o cadastro de companheiro/companheira para fins de visitas íntimas, de comprovação da união estável, via sentença judicial declaratória de união estável ou escritura pública declaratória de união estável.

Pois muito bem. A pretensão acima explicitada, a meu sentir, não merece acolhimento.

O pleito pede a **salvaguarda futura contra todos atos da Administração que atentem contra as normas pertinentes ao sistema prisional estadual**, o que incorre em ululante violação dos princípios e normas aplicáveis à matéria. Isto porque, a uma, pressupõe a vindoura ou, inclusive, outras eventuais desconformidades dos atos do Poder Executivo Estadual com a legalidade, no que toca às medidas aplicáveis à segurança pública e ao sistema prefalado. É dizer: tem como certa a ocorrência da ilegalidade que busca combater, edificando, pois, prévio e verdadeiro óbice (engessamento) à atuação administrativa; a duas, esta prévia noção, porquanto já tem como certa a ocorrência das ilegalidades, agride os princípios da supremacia do interesse público, da indisponibilidade do interesse público, bem como à separação dos poderes, haja vista que subjuga a referida atuação à prévia ordem do Poder Judiciário; a três, porque respalda a criação de controle desarrazoado da Administração, independentemente de qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito, afastando-se, pois, dos fins sociais e das exigências do bem comum a que se dirige a proteção ora postulada, com evidente abuso de direito; e, em arremate, por ignorar os princípios constitucionais aos quais a Administração Pública está sujeita, a saber, o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência – sem olvidar o princípio da razoabilidade.

Amparando as razões ora expostas, colaciono um relevante trecho da motivação conferida ao conjunto de atos administrativos impugnado pela demandante (fls. 85-86):

*(...) Ressaltamos que há indícios de que a ordem para execução do Agente Penitenciário, saiu diretamente de uma organização criminosa de dentro de uma Unidade Prisional.*

*Após a vigência da referida Portaria, foi possível a retirada do interior das unidades prisionais, objetos ilícitos e meios de comunicação entre os apenados e a sociedade, conforme ficam concretizadas com as diversas apreensões de aparelhos celulares, carregadores e chips, estes entregues ao Ministério Público do RN.*

*Salientamos que tal inspeção nas unidades não seria possível sem a vigência da Portaria 656/2017-GS/SEJUC, tendo em vista o baixo efetivo que comportamos em contrapartida ao número de detentos que são custodiados.*

Com efeito, o acolhimento da pretensão inicial resvalaria em **verdadeira ressalva aos atos administrativos necessários à resolução de crises/eventos que envolvessem o sistema prisional e a segurança pública**, impossibilitando o gestor público de resguardar o interesse da coletividade nestas situações.

Ademais, devo lembrar que a vergastada exigência documental para as visitas íntimas encontra arrimo no art. 41, X, parágrafo único, da LEP, o qual permite a limitação do referido direito do apenado, por ato da Direção do estabelecimento prisional. Transcrevo os dispositivos:

*Art. 41 - Constituem direitos do preso:*

*(...)*

*X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;*

*(...)*

*Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.*

É de se dizer: a função administrativa restaria desfalcada da liberdade que lhe é legalmente garantida, caso admitida a tese da autora – o que, *in casu*, com clareza solar, **despojaria a Administração de seu poder discricionário deliberada e indefinidamente.**

Realço,, por fim, que a exigência da documentação concernente à prova da união estável em apreço insere-se no âmbito das possibilidades de restrição, permitidas pelos lindes legais acima transcritos, inserindo-se, com razoabilidade, no âmbito do poder de polícia e da feição de discricionariedade atribuídos à Administração Pública.

Descabe ao Poder Judiciário a apreciação do mérito administrativo, quando este, forjado nos limites da razoabilidade, não ultrapassa a liberdade legalmente prevista, sob pena de atuar como legislador positivo. Nesta perspectiva, guardadas as devidas proporções, trago à lume referências ao julgado que bem demonstra a necessidade de observância, pelo julgador, das normas calcadas na discricionariedade das instituições:

*EMENTA: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TRANSPORTE AÉREO GRATUITO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA HIPOSSUFICIENTES - LEI 8.899/94 - INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO ESPECÍFICA DE GRATUIDADE EM RELAÇÃO AO MODAL AÉREO - DESCABIMENTO DA CRIAÇÃO DA MODALIDADE A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

*Hipótese: Trata-se de ação civil pública cuja pretensão é viabilizar a gratuidade do transporte público interestadual no modal aéreo às pessoas com deficiência hipossuficientes, e seus acompanhantes, porquanto concretizada omissão indevida pelo legislador ao regulamentar o tema, limitando o passe livre apenas as hipóteses de locomoção por meio rodoviário, ferroviário e aquaviário. 1. O acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n.º 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Superior Tribunal de Justiça. 2. Não se aperfeiçoa a irresignação embasada em violação à disposição veiculada em decreto regulamentador, justo que não enquadrável no conceito de lei federal a que se refere o permissivo constitucional, obstando o conhecimento do recurso especial no ponto. Precedentes. 3. Carece esta Corte Superior, a partir da competência constitucional que lhe é determinada, ampliar hipóteses de concessão de benefício a determinado grupo minoritário, com base unicamente no exercício hermenêutico, de modo a ampliar os*

*modais de transporte interestadual submetidos ao regime da gratuidade, prevista na Lei n. 8.899/94 e nos atos normativos secundários que a regulamentam, sob pena de atuar como legislador positivo. 4. Dadas as vicissitudes do transporte aéreo, inviável a utilização da Portaria Interministerial n. 003/2001 por processo analógico ou interpretação extensiva, cujo objeto é especificamente o de delimitar a aplicação da Lei n. 8.899/94 ao transporte coletivo interestadual rodoviário, aquaviário e ferroviário. 5. Na hipótese de se verificar omissão legislativa, incumbe ao interessado legitimado lançar mão dos remédios constitucionais disponíveis para suprir a inatividade legislativa. 6. Recurso especial desprovido. (STJ; REsp 1155590/DF; 4ª Turma; Rel.: Min. MARCO BUZZI; j. 27/11/2018).*

Por tais fundamentos, entendo pela rejeição do pedido inicial.

### III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, reconhecendo a ausência do interesse processual da parte autora, quanto ao pedido anulatório da Portaria nº 656/2017 – GS/SEJUC, com fulcro no art. 485, VI, do CPC, julgo o processo extinto neste particular, sem julgamento de mérito. Na sequência, consoante o art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido inicial remanescente, condizente à abstenção da exigência, pelos Diretores das Unidades Prisionais Estaduais, de comprovação da união estável, via sentença judicial declaratória de união estável ou escritura pública declaratória de união estável, respeitante ao cadastro de companheiro/companheira para fins de visitas íntimas. Em consequência, torno sem efeito a tutela de urgência outrora deferida.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios sucumbenciais (art. 18, da Lei nº 7.347/1985).

Arquive-se o processo para efeito de estatística do CNJ, sem embargo das partes acessarem os autos, para requerer o que entenderem de direito, observados os prazos legais e o eventual trânsito em julgado deste decisório.

**Publique-se. Registre-se. Intimem-se.**

NATAL /RN, 10 de fevereiro de 2020.

## **BRUNO MONTENEGRO RIBEIRO DANTAS**

**Juiz de Direito**

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

Assinado eletronicamente por: **BRUNO MONTENEGRO RIBEIRO DANTAS**

**10/02/2020 16:11:38**

<http://pje1g.tjrn.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **53010528**



200210161138472000000

IMPRIMIR

GERAR PDF